

COMBUSTÍVEIS

Crise, pauta fiscal e pedágio anulam queda no ICMS do diesel

Mesmo com Governo abaixando alíquota para 12% consumidores ainda não sentiram efeito real da queda

PAULA VITORINO

Para o motorista que vai abastecer é difícil entender a propaganda de que o Governo do Estado reduziu o imposto do diesel, mas ver que o preço na bomba está maior. “Chegou a cair, compensar abastecer aqui, mas depois aumentou de novo. Hoje voltou a compensar abastecer em São Paulo. Lá encontramos a R\$ 2,73 (litro do diesel) e aqui tá R\$ 2,91”, diz o caminhoneiro Valdenir de Oliveira, enquanto abastece o veículo em posto na saída de Campo Grande para São Paulo.

A conta é mesmo complicada para fechar. Em julho, o governador Reinaldo Azambuja atendeu a reivindicação antiga da categoria e reduziu de 17% para 12% a alíquota do ICMS sobre o diesel em decreto provisório por seis meses. A expectativa era de derrubar os preços nas bombas na mesma proporção e, com isso, compensar a perda na arrecadação com o aumento das vendas. No entanto, isso não aconteceu e, segundo os empresários, por quatro principais fatores: crise econômica, aumento da pauta fiscal estadual, reajuste da Petrobras e o pedágio na rodovia.

O litro do diesel comum chegou a ser comercializado no Estado pelo preço médio de R\$ 2,96, em julho, quando a alíquota mudou para 12%, mas voltou a subir e em novembro está R\$ 3,04, em média, segundo pesquisa da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

“Nós fizemos um pacto

1.090

EMPRESAS ATIVAS
Este é o total de empresas ativas com a atividade de comércio varejista de combustíveis em Mato Grosso do Sul, segundo levantamento da Junta Comercial do Estado (Jucems). Desse montante 309 dessas estão em Campo Grande. Entre janeiro de 2013 e outubro de 2015, dez postos de combustíveis fecharam no Estado, enquanto que 92 foram criados.

com o Governo de que se ele reduzisse a alíquota conseguiríamos reduzir o preço nas bombas e aumentar em 40% as vendas, compensando a arrecadação. Mas o que não esperávamos era que viria essa crise. Pecuária, indústria, tudo está desacelerado e por isso é complicado comparar com o ano passado, quando a economia estava normal e os caminhões rodando, abastecendo”, justifica o diretor executivo do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do Estado (Sinpetro), Edson Lazaroto.

De acordo com a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), entre julho e setembro houve aumento de apenas 2,69% no volume comercializado em relação ao mesmo período de 2014, de 388 milhões de litros para 399 milhões em 2015. Cálculos da secretaria indi-



GERSON OLIVEIRA

BOMBAS. Empresários de postos alegam que fatores como alta na pauta fiscal e retração nas vendas minaram os efeitos do ICMS menor

cam que a arrecadação nominal direta, desconsiderada a alíquota de 17% e a inflação de 6% em relação a 2014, re-flete queda de 29%.

Os empresários afirmam que o efeito esperado, de aumento nas vendas, só aconteceu entre o primeiro e segundo mês após a medida entrar em vigor, mas depois foi caindo gradativamente por conta dos quatro fatores já citados. “Vinhamos há algum tempo com a venda baixa por conta de outros estados mais competitivos. Quando reduziu a alíquota, na outra semana dobramos as vendas, mas logo depois houve reajuste e os clientes voltaram a abastecer pouco aqui para encher o

tanque nos estados vizinhos, como São Paulo e Paraná, onde compensa mais”, diz a gerente de posto na saída de Campo Grande para São Paulo, na BR 163, Sueli Aparecida Silva.

MAIS SEIS MESES
Sinpetro e Comissão para acompanhamento do preço do diesel da Assembleia Legislativa estão reivindicando ao Governo que amplie por mais seis meses a redução da alíquota, alegando que não é possível mensurar o impacto real da medida só entre julho e dezembro deste ano por conta da influência de outros fatores, como crise e reajuste da Petrobras.

“Tivemos um cenário atípico esse ano, de crise econômica e política. Não dá para ter uma avaliação real do impacto da redução da alíquota. Precisamos de pelo menos mais seis meses”, afirma Lazaroto.

“Se o Estado conseguir vender pelo menos 150 milhões de litros até dezembro, mesmo com as dificuldades, poderemos manter essa redução. Vou pedir para o governador mais seis meses de prazo”, defende o presidente da Comissão, deputado estadual Paulo Corrêa (PR).

De acordo com Lazaroto, se o Estado manter a redução por mais tempo e conseguir alavancar as vendas vai conseguir não só no aumento

da arrecadação, mas também a reabertura de postos que fecharam ao longo dos últimos dez anos por não aguentarem as altas cargas tributárias. “Sabemos que muitos empresários ficaram animados e pensaram em fazer novos investimentos, mas como o decreto é provisório ficam receosos em investir sem ter uma garantia”, justifica.

A Sefaz declarou que ainda não tem uma definição sobre a alíquota para o próximo ano e que só no fim de dezembro vai ter uma posição oficial, após reuniões com a Assembleia Legislativa e os empresários do setor.

Vendas não sobem em postos da divisa

SARAH MININI

Em Três Lagoas, os proprietários de postos também reclamam do reajuste da pauta e afirma que hoje o litro do diesel está cerca de 40% mais caro, comparado aos valores de janeiro deste ano. “Não resolve para o comerciante e nem para o consumidor baixar os impostos e inflacionar a pauta. A queda da alíquota não influenciou em nada porque o Mato Grosso do Sul permanece com a tabela muito alta, portanto, esses seis meses não fizeram efeito nenhum e nem deu margem para competir com os postos do Estado de São Paulo”, reclama o proprietário de posto, Márcio Hirade.

A empresária Marcela Congro diz temer que a alíquota volte a subir porque, apesar dos reajustes na pauta, o índice menor ajudou a segurar o preço. “O setor segue mal, porque semana a semana recebemos comunicados de que o valor vai aumentar. Hoje, para se ter uma ideia, vendo o diesel a R\$ 3,09 e o consumo



SARAH MININI

TRÊS LAGOAS. Empresários reclamam da pauta que derruba competitividade com postos de São Paulo

tem caído porque os consumidores optam por abastecer em São Paulo”, revela. Em outro posto, o proprietário Carlos Alberto Filipi

afirma que “queremos que o imposto permaneça em 12%, mas precisamos que a tabela também seja reduzida. Nosso preço referência é muito mais

alto e aumentar a alíquota é um regresso. Acredito que será péssimo para o Governo do Estado porque prejudica ainda mais a cadeia”.

Reajuste da Petrobras também afetou setor

Enquanto o Estado reduziu a alíquota, a Petrobras reajustou em 4% o valor do diesel nas refinarias, em 1º de outubro, e o preço médio ponderado ao consumidor final (a pauta fiscal estadual para cálculo da cobrança do ICMS) subiu gradativamente desde julho, quando era R\$ 3,047 (s10) e R\$ 2,931 (comum). A última publicação, de 9 de novembro, traz o preço reajustado para R\$ 3,1310 e R\$ 3,017, respectivamente.

Em novembro do ano passado, quando preço médio ponderado era de R\$ 2,30 e alíquota 17%, a Sefaz ganhava R\$ 0,39 com o ICMS por litro. Com a pauta reajustada em R\$ 3,017 e cobrando alíquota de 12%, o Governo consegue arrecadar R\$ 0,36 por litro. Ou seja, uma queda de apenas R\$ 0,03 por litro para os cofres públicos.

“A gente se comprometeu a reduzir os valores, mas imaginávamos que a pauta fosse ficar parada. Só estamos tendo aumento em cima de aumento na pauta”, reclama Sueli.

Por conta dos reajustes, ela afirma que o preço na bomba do seu posto subiu de R\$ 2,79, em julho, para R\$ 2,91 agora. “Nossas vendas em novembro voltaram a cair, cerca de 30%. Voltamos a estaca zero”, diz.

O gerente de outro posto na BR-163, no macro-anel, Luiz Concha, diz que a situação foi semelhante, com reação nas vendas entre julho e agosto e queda em novembro. “Tivemos reajuste da Petrobras e da pauta. O público não fica sabendo tanto desses reajustes e aí tem a impressão de que estamos aumentando preço para ganhar margem de lucro maior”, frisa.

Ele reclama que o Governo calcula a pauta em cima da média de preços praticados em todo o Estado, mas que o valor nas bombas da Capital é menor, por conta da diferença de frete e competitividade. “Nós pagamos em cima de um preço que é maior do que realmente vendemos”, conclui. **(PV)**